

Geração distribuída: Minas atinge capacidade de 4,5 GW

% ENERGIA SOLAR Estado é o segundo do Brasil em potência instalada; desde 2012 investimentos em usinas deste tipo totalizaram R\$ 22 bilhões, segundo a Absolar

JULIANA SODRÉ

Minas Gerais alcançou a marca de 4,5 gigawatts (GW) em potência instalada de geração própria de energia solar em telhados e pequenas propriedades, tornando-se o segundo estado do País em operações nas residências, comércios, indústrias, propriedades rurais e prédios públicos. Porém, o uso ainda é considerado baixo pelo coordenador estadual da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), Bruno Catta Preta, que enxerga possibilidade de crescimento.

As informações são de um mapeamento realizado pela Absolar e retratam a geração distribuída, que é diferente da centralizada e responde pelas operações próprias dos consumidores. Quando somadas com a centralizada, que é aquela que produz eletricidade em grande escala e, geralmente, enviadas aos consumidores pelas linhas de transmissão, o Estado é líder de produção de energia solar no País alcançando mais de 11 GW de energia.

Como uma forma de comparação, Catta Preta

cita a Usina Hidrelétrica de Itaipu. “Para se ter uma ideia do que esses números representam, a hidrelétrica de Itaipu, que é a maior da modalidade no Brasil e uma das maiores do mundo, produz 14 GW de energia. Então, Minas Gerais, se somar a energia distribuída com a centralizada, já produz quase a capacidade de Itaipu”, diz.

O coordenador estadual da Absolar ressaltava que na geração distribuída todos os municípios de Minas Gerais já contam com a produção de energia fotovoltaica. De acordo com o mapeamento da Associação, Minas possui mais de 339 mil conexões operacionais, espalhadas pelas 853 cidades. São mais de 889 mil consumidores de energia elétrica que se beneficiam da redução da conta de luz.

Ainda avaliando a geração distribuída, em número de sistemas, as residências lideram a produção sendo responsáveis por 75,7% dos sistemas instalados no Estado. Em segundo lugar vem os sistemas rurais com 14,4% e em terceiro, o comércio e serviços com 11,7%. “Esses números mostram que a energia solar é bem popular, conhecida e está disseminada pelo estado mineiro”, avalia Catta Preta.

Números relevantes e com potencial de ampliação na análise de Catta Preta. De acordo com os dados, o Estado possui mais de 10 milhões de unidades consumidoras e apenas 8,7% participam da geração distribuída fotovoltaica. “Temos muito a crescer, nosso Estado é o berço da



Geração distribuída está presente em todas as cidades mineiras FOTO: DIVULGAÇÃO / CURRAL DE MINAS

energia solar e ainda conta com um número muito baixo de pessoas usufruindo do sistema”, pontua.

Investimentos - Desde 2012, segundo os dados da Absolar, a geração própria de energia já atraiu R\$ 22 bilhões de investimentos, número considerado alto, sobretudo no início, quando o setor ainda não estava amadurecido.

Catta Preta explica que quando a energia solar ainda não era difundida no País, havia poucas empresas trabalhando com os produtos no Brasil e uma dificuldade grande de acesso aos fabricantes, aos equipamentos e, principalmente, ao

crédito. Ele conta que os pagamentos precisavam ser importados e à vista, o que dificultava a expansão do setor.

“Agora, com o mercado mais maduro, todas as grandes instituições financeiras públicas e privadas já oferecem linhas de crédito específicas para o setor solar fotovoltaico e ele não para de crescer. Neste momento, a gente está tendo acesso às novas tecnologias como os inversores híbridos e as baterias, movimentando o setor ainda mais e gerando mais empregos”, comenta.

Em 13 anos, segundo a Absolar, mais de 135 mil empregos foram gerados para os territórios mineiros. %

Entidade cobra mais políticas para fomentar o segmento

Para ampliar a popularidade desse tipo de geração no Estado, a Absolar recomenda a criação e ampliação de políticas governamentais e mais incentivos para a adesão à energia solar e sugere que os governos devam agir pelo exemplo.

“Os órgãos públicos realmente têm que dar o exemplo de economia e de eficiência em nosso Estado. Temos aqui uma fatia muito pequena de órgãos públicos que utilizam a energia solar nos equipamentos básicos. É uma energia limpa, renovável e que não emite barulho, além de ter uma garantia muito longa”, diz o coordenador estadual da entidade, Bruno Catta Preta.

Catta Preta pontua que serviços como a iluminação pública poderiam ser alimentados por energia solar fotovoltaica.

Marco legal - Para a Absolar, uma medida crucial para a ampliação do uso da energia solar é a aprovação do Projeto de Lei nº 624/2023, que institui o Programa Renda Básica Energética (Rebe), em tramitação no Senado.

“Esse projeto é fundamental para a geração distribuída solar, pois resolve, estruturalmente, via lei, o problema das negativas de conexão, feita pelas distribuidoras sob alegação de versão de fluxo de potência. Essas negativas estão impedindo milhares de consumidores brasileiros entre residência, pequenos negócios, produtores rurais de exercer o direito de gerar sua própria energia. Esse Projeto de Lei 624 vai atualizar a Lei 14.300, que é o marco legal da geração própria de energia solar fotovoltaica”, defende Catta Preta.

Com a aprovação deste projeto, as distribuidoras ficarão

proibidas de impedir os consumidores de conectar sua microgeração distribuída. “E se for necessário algum reforço na infraestrutura elétrica para receber

esta microgeração, a distribuidora ficaria responsável por fazer este investimento, em vez de repassar estes custos para o consumidor”, acrescenta. (JS)

EDITAL DE LEILÃO Nº 07/2025 (POLÍCIA CIVIL) SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS SENAD EDITAL Nº 07/2025 A Leiloeira Pública Oficial Sandra de Fátima Santos, JUCEMG Nº 1061, torna público que, levará a leilão na modalidade eletrônica na data 31/03/2025, com encerramento a partir das 09:30 horas, através do site www.sandrasantosleiloes.com.br os bens de propriedade do SENAD, sendo veículos recuperáveis que poderão ser examinados pelos interessados no dia 28/03/2025, endereços e horários indicados no edital e anexo

COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES CNPJ 21.254.073/0001-80 - NIRE nº 3130004264-2 EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA Convocamos os acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, na sede da empresa, Rua João Cerqueira Lima, 133, Centro, Itaipua/MG, no dia 09 de abril de 2025, às 10 horas, em primeira convocação, a fim de deliberarem sobre: (I) Apresentar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras e do parecer dos auditores independentes da Companhia, relativos ao ano findo em 31.12.2024. (II) Deliberar sobre resultados financeiros e sua destinação. Estarão à disposição dos acionistas a partir de 05/03/2025 na sede e no site da empresa (www.companhiaitaunense.com.br) os documentos pertinentes à matéria a ser debatida. Itaipua/MG, 27 de fevereiro de 2025. Esther Gonçalves Machado Dutra - Presidente do Conselho de Administração.

COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES - CNPJ: 21.254.073/0001-80				
Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - "IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas, por sua vez, abrangem as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente essas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Caixa e Equivalentes de Caixa - O saldo registrado refere-se a saldos em Caixa e Contas bancárias, com liquidez imediata e baixo risco de perda de valor quando da sua realização. A composição do saldo de caixa e equivalente de caixa é como segue:				
Balanco patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Valores expressos em milhares de Reais)				
ATIVO	Notas	31.12.2024	31.12.2023	
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	33.751	36.166	
Contas a receber de clientes	5	26	510	
Estoques	6	2.575	1.953	
Impostos a recuperar	7	1.623	1.527	
Outros créditos	-	2	10	
Total do ativo circulante		37.977	40.166	
Ativo não circulante				
Investimento	-	137	133	
Imobilizado líquido	8	4.656	4.977	
Total do ativo não circulante		4.793	5.110	
Total do ativo		42.770	45.276	
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 - (Valores expressos em milhares de Reais)				
		Capital Social	Reserva de Capital	Retenção de Lucros
Saldo em 01 de janeiro de 2023		19.766	64	680
Saldo em 31 de dezembro de 2023		19.766	64	680
Saldo em 31 de dezembro de 2024		19.766	64	680
Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 - (Valores expressos em milhares de Reais)				
Resultado líquido do exercício		1.587	1.002	
Outros resultados abrangentes		-	-	
Resultado abrangente total do exercício		(1.587)	(1.002)	
INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA: Companhia Itaunense Energia E Participações, com sede em Itaipua/MG, CNPJ: 21.254.073/0001-80, nestas notas explicativas, também designada como Itaunense ou apenas Companhia, é uma Sociedade genuinamente mineira, fundada em maio de 1911. Bases de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras - Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - "IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas, por sua vez, abrangem as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente essas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Caixa e Equivalentes de Caixa - O saldo registrado refere-se a saldos em Caixa e Contas bancárias, com liquidez imediata e baixo risco de perda de valor quando da sua realização. A composição do saldo de caixa e equivalente de caixa é como segue:				
Caixa		31.12.2024	31.12.2023	
Bancos conta movimento		56	2	
Bancos conta de aplicação financeira (a)		33.693	36.164	
Total		33.751	36.166	
Contas a Receber A composição do saldo de contas a receber é como segue:				
Aluguel de Imóvel		12	10	
Arrendamento da Usina Hidrelétrica		14	510	
Impostos a Recuperar - Os impostos a recuperar ou compensar estão demonstrados pelo valor líquido de eventuais perdas na realização, e assim se apresentam		31.12.2024	31.12.2023	
PIS		5	5	
COFINS		50	50	
IRRF S/Aplicações Financeiras		1.568	1.472	
Total		1.623	1.527	
Imobilizado - A movimentação do imobilizado para os exercícios é como segue:				
Saldo em 01.01.2023		4.977	4.977	
Adições		3	3	
Depreciação		(622)	(61)	
Saldo em 31.12.2023		4.358	4.369	
Saldo em 01.01.2024		4.358	4.369	
Adições		3	3	
Depreciação		(622)	(61)	
Saldo em 31.12.2024		3.739	3.711	
Patrimônio Líquido - a) Capital social - O capital social é de R\$19.766 (dezenove milhões, setecentos e sessenta e seis mil reais), dividido em 7.589.885 (sete milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, oitocentos e oitenta e cinco) ações ordinárias, todas escriturais, sem emissão de certificados e				
Saldo em 01.01.2023		19.766	19.766	
Adições		3	3	
Depreciação		(622)	(61)	
Saldo em 31.12.2023		19.147	19.108	
Saldo em 01.01.2024		19.147	19.108	
Adições		3	3	
Depreciação		(622)	(61)	
Saldo em 31.12.2024		18.528	18.450	



EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.

Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as integrais das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal. Acesse também através do QR CODE ao lado.

EDITAL DE LEILÃO ON-LINE	
DATA 1º LEILÃO 11/03/25 ÀS 15H00 - DATA 2º LEILÃO 12/03/25 ÀS 15H00	
Vicente de Paulo Albuquerque Costa Filho , Leiloeiro Oficial inscrito na JUCEMA sob nº 12/96, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pela COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO NOROESTE DE MINAS GERAIS LTDA - SICOOB CREDIPINHO inscrita no CNPJ sob nº 71.154.876/000-30, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. Local da realização do leilão: somente on-line via www.leilaovip.com.br. Localização do imóvel: João Pinheiro-MG. Bairro Fazenda Bocaina. Fazenda Bocaina , s/nº. Imóvel rural sem benfeitorias, situado no lugar denominado Fazenda Bocaina, com a área total de 45ha de campos naturais. Matr. 10.284 do Registro de Imóveis de João Pinheiro-MG. O comprador deverá se identificar previamente junto aos órgãos competentes quanto a eventual utilização das áreas, reserva legal, divisas, demarcações, padrão de construção, de utilização e de comercialização. Ocupado. (AF). 1º Leilão: 11/03/2025, às 15:00h LANCE MÍNIMO: R\$ 292.500,00. 2º Leilão: 12/03/2025, às 15:00h LANCE MÍNIMO: R\$ 172.659,84 (caso não seja arrematado no 1º leilão). Condição de pagamento: à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 14.711/2023. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda do imóvel disponível no site: www.leilaovip.com.br . Para mais informações - tel.: 0800 717 8888 ou 11-3093-5252. Vicente de Paulo Albuquerque Costa Filho - Leiloeiro Oficial JUCEMA nº 12/96	

Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)	
Notas	31.12.2024 31.12.2023
Receita Líquida	14 1.884 850
Custos de aluguel e venda de imóveis	15 (703) (806)
Resultado Bruto	1.181 44
Receitas (Despesas) Operacionais	15 (3.692) (2.833)
Despesas gerais e administrativas	17 (47) (446)
Outras receitas operacionais, líquidas	(3.729) (2.387)
Resultado Antes do Resultado Financeiro	(2.548) (2.343)
Recicla financeira	3.919 5.090
Despesa financeira	(1.568) (1.943)
Resultado financeiro, líquido	16 2.351 3.147
Valor adicionado bruto sem depreciação	1.090 298
Imposto de Renda	(1.011) (1.322)
Contribuição Social	(379) (484)
Resultado Líquido do Exercício	(1.587) (1.002)
Resultado por lote de mil ações - R\$ mil	19 (0.2091) (0.1320)
Demonstração dos Valores adicionados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)	
Notas	31.12.2024 31.12.2023
Receitas	
Receita de aluguel	177 870
Receita de venda de imóvel	990 446
Venda de bens do ativo permanente e outros	912 12
Resultado Bruto	2.079 1.328
Insumos adquiridos de terceiros (inclui impostos)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	919 998
Impostos incidentes sobre as receitas	70 32
Total	989 1.030
Menos Retenção por Depreciação	(61) (85)
Valor adicionado bruto	1.029 213
Valor Recebido em Transferência - Rec. Financeira	3.919 5.090
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	4.948 5.303
Distribuição do valor adicionado	
Pessoal	2.217 1.822
Governo (impostos, taxas e contribuições)	1.632 1.906
Remuneração de capital de terceiros	1.119 635
Serviços profissionais contratados	1.567 1.942
Despesas de juros e variação monetária passiva	2.686 2.577
Total de Remuneração de capitais próprios	(1.587) (1.002)
Resultado do exercício	4.948 5.303
sem valor nominal. b) Ações Ordinárias - Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos, conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia. Com relação às ações em tesouraria, todas as diretos dessas ações estão suspensos até que essas ações sejam colocadas novamente no mercado. c) Reserva legal - A reserva legal é constituída à alíquota de 5% sobre o lucro líquido do exercício, conforme artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, e sua destinação é limitada à compensação de prejuízos acumulados e ao aumento de capital da Companhia. d) Reserva de lucros - A reserva de retenção de lucros representa o resultado não distribuído após constituição da reserva legal e cálculo dos dividendos obrigatórios ou os lucros acumulados dos prejuízos apurados no exercício e/ou exercícios anteriores. A compensação de prejuízos com saldos de reservas de lucros ocorre obrigatoriamente quando ainda houver saldo de prejuízos, após terem sido absorvidos os saldos de lucros acumulados e das demais reservas de lucro (parágrafo único do art. 189 da Lei nº 6.404/76).	
Recicla Operacional	
Receita com aluguel	177 870
Receita com venda de imóvel	990 446
Receita com venda de energia	757 12
Total da receita bruta	1.954 882
Impostos sobre a receita	(70) (32)
Total da receita líquida	1.884 850
(Custos) e (Despesas) Operacionais	31.12.2024 31.12.2023
Despesas com folha e provisões	(2.217) (1.822)
Despesas com depreciação	(61) (85)
Despesas com tributos	(172) (122)
Despesas com prestadores de serviços	(1.119) (635)
Despesas com honorários e indenizações	(660) (909)
Despesas com reforma e manutenção	(166) (66)
Outras despesas	(166) (66)

Tony Salera Primeiro
Diretor Superintendente e Relação com Investidores

Décio Evangelista Damasceno de Oliveira
Diretor Administrativo

Vinicius Oliveira e Souza - Contador CRCMG: 108.280

- As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras, sendo que "As demonstrações financeiras completas, incluindo o relatório dos auditores estão à disposição dos acionistas na sede da companhia".

- **Resumo:** Parecer dos auditores independentes: As demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024. Conselho Fiscal: Aproveu as contas da administração.